

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



# **BOLETIM DE CONJUNTURA**

**BOCA**

Ano III | Volume 7 | Nº 19 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.5015027>



## O ISOLAMENTO INTERNACIONAL DO BRASIL: RETROCESSOS NA DIPLOMACIA

*Paulo Roberto de Almeida<sup>1</sup>*

### Resumo

Este ensaio discute o isolamento internacional do Brasil, o qual tem a ver mais com o conteúdo de sua política externa, determinada pelo presidente e poucos assessores, do que com o desempenho da diplomacia, cujo corpo profissional foi constringido durante a inteira gestão do primeiro chanceler do governo Bolsonaro. Na verdade, o governo Bolsonaro se auto-isolou no cenário internacional, ao definir relações prioritárias, ideológicas, com um número restrito de interlocutores, que foram paulatinamente perdendo poder (Mateo Salvini, na Itália, Donald Trump, nos EUA, e Benjamin Netanyahu, em Israel). O Brasil de Bolsonaro encontra-se isolado no próprio continente sul-americano.

**Palavras chave:** Diplomacia. Governo Bolsonaro. Isolamento Internacional. Política Externa.

### Abstract

This essay discusses Brazil's international isolation which has more to do with the content of its foreign policy, determined by the president and few advisers, than with the performance of diplomacy whose professional body was constrained during the entire term of the first chancellor of the Bolsonaro Administration. In fact, the Bolsonaro Administration has isolated itself in the international scenario, defining priority, ideological relations with a limited number of interlocutors, who were gradually losing power (Mateo Salvini in Italy, Donald Trump in the US, and Benjamin Netanyahu in Israel). The Brazil of Bolsonaro has been isolated in the South American continent.

**Keywords:** Bolsonaro Administration. Diplomacy. Foreign Policy. International Isolation.

A questão do isolamento internacional do Brasil não se refere tanto à diplomacia em si, que é uma simples ferramenta da política externa, tradicionalmente operando sob a condução de um corpo de funcionários competentes, mas temporariamente colocado, esse instrumento profissional, sob o comando de decisores notoriamente ineptos em matéria de política internacional e de relações exteriores do Brasil. A diplomacia profissional permanece exatamente igual ao que era antes, ao que foi durante o presente mandato presidencial – ainda que terrivelmente constringida pelo chefe do governo – e ao que será depois que termine a administração Bolsonaro, certamente um dos períodos mais negativos, mais vergonhosos e bizarros, não só na história contemporânea do país, mas possivelmente também na trajetória nacional de épocas pregressas igualmente, até onde a vista alcança.

Quando se menciona o isolamento, ou o descrédito internacional do Brasil, se está falando mais propriamente da política externa, que no sistema presidencialista é definida pelo chefe de governo, e de Estado, ou seja, pelo presidente. Este calhou de ser um incompetente, um total ignorante em questões de relações internacionais e de política externa, um dirigente excepcionalmente mal preparado para exercer

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais, Diplomata e Professor Universitário. Email para contato: [pralmeida@me.com](mailto:pralmeida@me.com). Outros trabalhos do autor podem ser encontrados em: [www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org) / <http://diplomattizando.blogspot.com>.



suas funções, nas quais ele se desempenhou da pior maneira possível, um despreparo não apenas limitado a esse setor do Executivo, mas extensivo a todas as demais áreas da administração a que ele teve a infelicidade, a nossa, de aceder, por uma dessas surpresas do processo político deslançado a partir das manifestações de 2013 e suas sequelas.

Esse rebaixamento da política externa, que repercute na diplomacia, começa pela total ausência de um programa de governo coerente e factível, que pudesse sinalizar certo sentido de direção às políticas governamentais, em especial na área externa. O que deve ser explicitado, em primeiro lugar, é que nunca houve, jamais foi apresentado, e provavelmente dificilmente haverá, neste governo, qualquer documento, exposição, apresentação sistemática das principais prioridades e posturas na área externa, o que confirma o fato singelo de que o Brasil passa por uma administração que pode, tranquilamente, ser chamada de “desgoverno Bolsonaro”, um título que lhe cabe como a nenhum outro da história de toda República, incluindo o de Hermes da Fonseca, e cobrindo provavelmente também os dez anos das Regências, quando o Brasil quase se desfez como unidade política. Qualquer governo minimamente ou normalmente constituído costuma exibir algumas ideias, programas, projetos ou intenções, metas que tenham coerência entre si e que lhe permitam ser identificado com uma direção qualquer no desempenho de seu mandato. Não é certamente o caso do atual desgoverno – no sentido literal da expressão, com as poucas exceções de alguns ministérios conduzidos por técnicos –, caótico no sentido da palavra no seu próprio centro decisório, o que se aplica, no caso aqui focado, ao domínio das relações exteriores, onde não se tem uma ideia clara, qualquer ideia, dos objetivos pretendidos pelo responsável último pela área. Desafio qualquer bolsonarista e, também, qualquer antibolsonarista a apresentar uma síntese compreensível, alguma explicação coerente do que o governo pretende ou pretenderia fazer na frente da política externa.

Não existe tal explicitação dada à já referida inépcia do presidente nesse terreno, característica que se estende aos seus principais auxiliares nessa área, a começar pelo guru presidencial, o sofista expatriado a quem chamo de Rasputin de Subúrbio, atualmente já bastante afastado dos círculos decisórios em função de suas brigas ridículas com os militares do governo. O mesmo se aplica ao periclitante assessor presidencial, também conhecido como Robespirralho, um fanático fundamentalista do guru expatriado, que serviu durante certo tempo como o único assistente do presidente nesse terreno. A incompetência é ainda mais visível no ex-candidato a ser embaixador em Washington – que não sabia sequer falar inglês –, apelidado pelo vice-presidente de “Bananinha 03”. Cabe não esquecer, mas em último lugar, o ex-chanceler acidental, finalmente demitido, pois que tinha pouca importância no processo decisório; de fato, ele era o quarto ou quinto personagem no processo decisório da política externa, recebendo ordens de todos os seus superiores, até para expedir notas mal redigidas em nome do



Itamaraty, que aliás nunca prestaram a devida atenção a normas do Direito Internacional ou às posturas tradicionais da política externa brasileira.

Já se sabe como o ex-chanceler accidental conseguiu conquistar esse cargo, objeto de dois ou três capítulos no primeiro livro que dediquei ao ciclo da diplomacia bolsolavista: Miséria da diplomacia: a destruição da inteligência no Itamaraty (ALMEIDA, 2019). A primeira coisa que esse patético chanceler accidental fez, por vontade própria, ainda antes de assumir o cargo, foi acusar seus colegas diplomatas de se terem mostrado coniventes com o marxismo cultural, com o Foro de São Paulo, com a esquerda em geral (como se ele não tivesse servido de forma diligente todos os governos anteriores desde seu ingresso na carreira em 1992). Na sua pouco irresistível ascensão, e bem antes de ser convidado a se exercer num cargo para o qual ele visivelmente não estava preparado, o candidato convertido ao bolsolavismo demonstrou toda a sua submissão aos eflúvios que eram emitidos pelos Bolsonaros, proclamando sua admiração pelo bizarro presidente americano, afirmando que Trump seria o “salvador do Ocidente”, o que certamente provocou risos e consternação em todos os seus colegas diplomatas quando leram seu artigo com esse título na revista do IPRI, os *Cadernos de Política Exterior* (ARAÚJO, 2017).

Nisso ele se conformou inteiramente ao espírito e à letra da política externa submissa do governo Bolsonaro, que se vinculou, como um colonizado voluntário, aos interesses não exatamente dos Estados Unidos, embora isso fosse também um fato, mas específica e especialmente aos desejos e instruções pessoais do presidente Trump. O grau de adesão da política externa, não a brasileira, mas a bolsonarista, a esses interesses de um chefe de Estado estrangeiro foi tão explícito, tão completo, tão vergonhoso, que o ex-chanceler Celso Amorim sequer recorreu à figura conhecida do “alinhamento automático”, mas ao conceito de “submissão automática”. De fato, foram muitos, repetidos, inaceitáveis, os exemplos de identidade total com o que vinha determinado pelo Departamento de Estado ou anunciado abertamente pelo próprio Trump. Nunca antes na história da diplomacia nacional se tinham registrados essas cenas explícitas de uma vergonhosa sabujice ao Império.

Temos, portanto, duas características básicas da política externa, e não exatamente da diplomacia, do governo Bolsonaro, que é a total falta de transparência e de clareza quanto a seus objetivos e prioridades e a total subordinação dos interesses nacionais aos ditames de um dirigente estrangeiro, enquanto este figurou como modelo para Bolsonaro (de certa forma ainda o é, em especial no tocante à sua primazia em qualquer escrutínio eleitoral). Houve também a busca de um relacionamento com outros dirigentes e países supostamente pertencentes a um arco de extrema-direita que se julgava conforme aos interesses comerciais e econômicos do Brasil, naqueles objetivos que estavam dentro do universo ideológico de alinhamento do governo Bolsonaro, ou seja, líderes de direita



ou de extrema direita, da região e fora dela. Na América do Sul, ocorreram aproximações com os governos declaradamente de direita ou liberais: o Chile e o Paraguai, e a Argentina ainda sob a presidência Macri, assim como ao governo conservador da Colômbia; desde o início, porém, ocorreram cenas altamente constrangedoras nas relações com esses vizinhos, com apoios abertos, e totalmente equivocados, aos regimes dos antigos ditadores Pinochet e Stroessner, gerando muito desconforto nesses países, mesmo entre dirigentes conservadores.

Fora da região, o primeiro dirigente a receber apoio e a gerar aproximação explícita foi o ministro do Interior da Itália, Matteo Salvini, abertamente anti-imigratório, assim como o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán. No arco dos apoios internos logrados com a comunidade evangélica, a aproximação puramente ideológica ao governo de Benjamin Netanyahu, em Israel, estava em linha com um outro suposto objetivo de política externa do governo Bolsonaro, a mudança da embaixada da capital oficial, Tel Aviv, para a capital governamental de fato, Jerusalém, o que não se materializou até o momento devido à forte oposição da comunidade empresarial, em especial do setor do agronegócio. Um a um, esses dirigentes foram sendo afastados nos respectivos processos eleitorais ou nas mudanças de governo desses países, começando por Salvini, depois o próprio Trump e finalmente Netanyahu. Ficaram na berlinda, mas com menor identidade de posições, Viktor Orbán, da Hungria, Narendra Modi, da Índia, e alguns outros menores, na região ou fora dela (como os países conservadores do grupo de Visegrád, em especial a Polônia ultracatólica).

Se Bolsonaro já se encontrava bastante isolado na conjuntura anterior, com poucos “amigos” espalhados em dois ou três continentes, a derrota ou o afastamento do reduzido número de interlocutores de que dispunha praticamente reduziu a quase zero sua interface de diálogo no plano exterior. Ou seja, Bolsonaro não corre nenhum risco de receber algum convite para alguma visita de Estado ou mesmo de trabalho, e menos ainda receber no Brasil, no plano bilateral, dirigentes estrangeiros, com as pouquíssimas exceções que viriam por força de reuniões de cúpula de foros ou organismos (Brics, Mercosul, etc.) cuja presidência esteja temporariamente a cargo do Brasil.

Esse isolamento praticamente total do seu dirigente acarreta uma série de incômodos ao Brasil e à sua diplomacia. A ausência, praticamente completa, de alguma diplomacia bilateral conduzida de forma ativa e desimpedida deixa a política externa brasileira quase que totalmente isolada no mundo, com exceção daquelas interações que possam ocorrer por meio de representantes de terceiro escalão nos foros e organismos multilaterais dos quais o Brasil participa, nas poucas capitais onde eles estão situados, geralmente Nova York, Genebra, Paris, Washington, Bruxelas, Viena, Montevidéu e poucas outras. Isso significa que são poucas as chances de o Brasil concretizar apoios e acordos significativos nos planos econômico, comercial, cultural, científico e tecnológico, financeiro, ou até de cooperação



fronteiriça, em áreas de enorme interesse para o Brasil, sua comunidade de negócios, científica e cultural.

Independentemente, porém, de qualquer ação ou omissão do Brasil no campo da diplomacia ou do exercício concreto de qualquer tipo de política externa em sua interação com os demais países da comunidade internacional, é no plano puramente interno que o governo Bolsonaro tem demonstrado e provado ao mundo seu isolamento autoconstruído, em duas áreas que mais impactaram nossa imagem internacional: no meio ambiente e no trato da pandemia. A continuidade e a ampliação, em níveis recordes do desmatamento, da enorme devastação dos recursos naturais, praticamente encomendados pelo governo, em especial as queimadas espetaculares, no mau sentido da palavra, na Amazônia, mas também no Pantanal, chocaram o mundo pelas evidências visuais impactantes que tal destruição provocou no comportamento de vastos estratos da opinião pública mundial.

Por outro lado, a atitude do próprio presidente, em seu continuado negacionismo em relação à pandemia, sua insistência em confrontar as recomendações dos especialistas em matéria do uso de máscaras e da ação confrontacionista no tocante a medidas de isolamento social também se tornaram exemplos flagrantes de uma ação irresponsável em face de uma pandemia devastadora. O Brasil foi alçado à categoria de “homem doente da América do Sul”, e muitos países fecharam suas fronteiras a nós ou impediram o acesso de brasileiros a seus territórios por quaisquer meios de transporte. Chegou-se ao absurdo de se ver uma revista de imenso prestígio no campo da pesquisa científica da área médica, como *The Lancet*, ter de fazer um editorial criticando as atitudes do presidente brasileiro, um gesto que deve ter sido inédito em toda a sua história.

Por acaso, e provavelmente de modo involuntário, fica concretizada a constatação feita pelo ex-chanceler acidental nas cerimônias do Dia do Diplomata de 2020, no sentido de confirmar, para maior vergonha de nossa diplomacia profissional, que o Brasil é, hoje, um país pária no contexto internacional, e mesmo com a saída do chanceler pária, a situação tende a se estabilizar nesse patamar vexatório, pois as razões disso são inteiramente devidas à figura do presidente Bolsonaro, mas também à sua política externa esquizofrênica. O símbolo de algum a mudança na diplomacia, mas também de certa permanência na política externa, pode ser exemplificada na questão da votação, no plenário da ONU, sobre os embargos e sanções unilaterais feitas pelos Estados Unidos contra a ilha e o regime comunista de Cuba, objeto de debates que estão sendo travados a décadas naquele foro.

Em 2019, sob a vigência plena do bolsolavismo diplomático e a pressão do governo Trump, o governo bolsonarista foi o único, junto com Israel, a votar contra a resolução, que visa coibir medidas unilaterais e extraterritoriais em casos de conflitos entre países membros da ONU. Durante as três décadas precedentes, a diplomacia brasileira sempre se manifestou a favor da resolução, tanto para



sinalizar sua oposição a interferência de outros Estados nos assuntos internos de um determinado país, como por adesão a um dos princípios mais elementares do Direito Internacional. A atitude mais provável, na atual conjuntura, parece ser a abstenção, o que sinaliza que o Brasil não teria mais condições de condenar de forma peremptória tal tipo de atitude unilateral, caso medidas retaliatórias unilaterais fossem aplicadas contra seus interesses nacionais. A postura, ao evidenciar a continuidade de uma oposição ideológica ao governo comunista cubano, não guarda nenhuma lógica no plano do Direito Internacional, ao enviar um sinal externo de que o Brasil não mais guarda aderência a um dos princípios basilares de suas relações internacionais, até constitucionais. Talvez se conforme, ainda aqui, mais um exemplo do isolamento internacional do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Miséria da Diplomacia**: a destruição da inteligência no Itamaraty. Boa Vista: EdUFRR, 2019.

ARAÚJO, Ernesto. “Trump e o Ocidente”. **Cadernos de Política Exterior**, ano III, n. 6, 2º semestre, 2017.



## **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)**

Ano III | Volume 7 | Nº 19 | Boa Vista | 2021

<http://www.ioles.com.br/boca>

### **Editor chefe:**

Elói Martins Senhoras

### **Conselho Editorial**

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

### **Conselho Científico**

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodécia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima